



O que é preciso: diferença sexual e as relações de gênero no anarquismo para Maria Antonia Soares

Wha tis needed: sexual difference and gender relations in anarchism for Maria Antonia Soares

Lo que se necessita: diferencia sexual y relaciones de género em el anarquismo para María Antonia Soares

Thalita Coelho Dantes [*]

[*] Professora de História da Secretaria de Educação do Distrito Federal, conheci o anarquismo através da pedagogia libertária, que continua a inspirar minha prática docente. Mestre em Educação (PUC - SP, 2012), Doutoranda em História (UNB) na linha de História Cultural, Memórias e Identidades. Contato: thalitacdantes@gmail.com.

Resumo: Este artigo analisa como Maria Antonia Soares aborda as questões de gênero no anarquismo em seu artigo "O que é preciso" (A Plebe, 1920). Ativa politicamente, Soares participou de greves, comícios e organizou diversas atividades femininas entre 1912 e 1923, publicando em periódicos no Brasil e na Argentina. A análise focaliza como o sistema sexo/gênero moldava os discursos sobre a diferença sexual e como Soares refletiu sobre a condição feminina a partir desse sistema. Utilizando uma abordagem foucaultiana, o artigo examina a relação entre discurso, poder e conhecimento na construção de outras formas de relações de gênero e sua tentativa de reinventar as formas de existência das mulheres anarquistas.

Palavras-chave: Subjetivação; Mulheres; Anarquismo; Gênero; Discurso.

Abstract: This article analyzes how Maria Antonia Soares addresses gender issues in anarchism in her article "O que é necessário" (A Plebe, 1920). Politically active, Soares participated in strikes, rallies and organized several female activities between 1912 and 1923, publishing in periodicals in Brazil and Argentina. The analysis focuses on how the sex/gender system shaped discourses about sexual difference and how Soares reflected on the female condition based on this system. Using a Foucauldian approach, the article examines the relationship between discourse, power and knowledge in the construction of other forms of gender relations and their attempt to reinvent the forms of existence of anarchist women.

Keywords: Subjectivation; Women; Anarchism; Gender; Speech.

Resumen: Este artículo analiza cómo María Antonia Soares aborda las cuestiones de género en el anarquismo en su artículo "O que é necesario" (A Plebe, 1920). Políticamente activa, Soares participó en huelgas, mítines y organizó varias actividades femeninas entre 1912 y 1923, publicando en revistas de Brasil y Argentina. El análisis se centra en cómo el sistema sexo/género moldeó los discursos sobre la diferencia sexual y cómo Soares reflexionó sobre la condición femenina a partir de este sistema. Utilizando un enfoque foucaultiano, el artículo examina la relación entre discurso, poder y conocimiento en la construcción de otras formas de relaciones de género y su intento de reinventar las formas de existencia de las mujeres anarquistas.

Palabras clave: Subjetivación; Mujer; Anarquismo; Género; Discurso.

Considerações iniciais

Maria Antonia Soares (1898-1991) foi uma mulher trabalhadora que atuou politicamente no anarquismo durante a Primeira República. Nascida em São Paulo, irmã de Florentino de Carvalho¹, viveu também em alguns dos principais centros operários em que o anarquismo era proeminente no movimento sindical em Santos, em Rosário (Argentina) e no Rio de Janeiro. Sua militância ultrapassou esses limites geográficos, dialogando com grupos nacionais como o Centro Feminino de Estudos Sociais (Pelotas, RS) e internacionais, como o periódico *Nuestra Tribuna* (Necochea, Argentina). Trata-se de uma destacada militante, mas que apenas recentemente tem sido investigada. Apesar de seus textos terem sido citados em várias pesquisas que trataram da Greve Geral de 1917 em São Paulo (Lopreato 2000; Biondi e Toledo 2018; Fracaro 2017), tem-se descoberto o tamanho e o valor de sua produção e atuação há pouco tempo.

Em diversos momentos, Maria Antonia² teve sua imagem e textos atribuídos a outras mulheres e embora não tenha sido a primeira mulher trabalhadora a expressar-se pela imprensa, sua produção escrita³ traz novas possibilidades de investigação sobre a história das mulheres anarquistas. Esses textos, apesar de não serem autobiográficos, foram o ponto de partida de pesquisas como as de Fernanda Grigolin (2019/2021) e Beatriz Silvério (2021). Grigolin (2019) retirou Maria Antonia do anonimato, ao revelar que a oradora desconhecida em uma fotografia do comício em homenagem ao

¹ Maria Antonia Soares nasceu em São Paulo em 1898. Foi a primeira filha de Paula Arias e José Suarez Fernandes, ambos de origem espanhola. O pai emigrou para o Brasil em meados de 1889 com a primeira esposa, Francisca e os filhos desse primeiro casamento: Manuela, Salomé, Primitivo (1883 - 1947) e Amparo. Após ficar viúvo casou-se com Paula, com quem teve as filhas Maria Antonia (1898 - 1991), Maria Angelina (1901 - 1985), Pilar (1907 - 1992), Matilde (1909 -?) e o filho Manoel (1903 - 1980). Primitivo, que mais tarde adotou o pseudônimo Florentino de Carvalho, foi o primeiro a aderir ao anarquismo, sendo seguido pela madrastra, Paula. A família Soares, tornou-se atuante por parte de um homem da família, mas seu protagonismo foi ampliado com as diversas atividades desenvolvidas pelas mulheres.

² Optei por grafar "Maria Antonia" ao invés de "Soares" ao longo do texto como forma de distingui-lá dos demais membros de sua família e ressaltar a autoria feminina. Utilizei "Soares" nas citações diretas em consonância com as normas da ABNT.

³ Os artigos de Maria Antonia Soares publicados pela imprensa operária foram recentemente reunidos no livro "Unidas nos lancemos na luta" (Ludmilla et al 2021). Além dos textos assinados por Maria Antonia em suas diferentes rubricas, o livro também apresenta textos que foram assinados coletivamente pelo Centro Feminino Jovens Idealistas e alguns textos de sua irmã, Maria Angelina Soares, para quem a rubrica "Maria A. Soares" foi atribuída em muitas pesquisas, mas que pela análise feita pela coletânea, trata-se exclusivamente da assinatura de Maria Antonia.

Primeiro de Maio em 1915 em São Paulo, tão reproduzida em pesquisas e na militância, era, na verdade, Maria Antonia⁴. A partir daí, Beatriz Silvério (2023), empreendeu a busca pelos textos e pela trajetória da militante em uma biografia que permitiu restituir a multiplicidade de sua atuação.

Maria Antonia tratou de seu tempo com aguçada leitura crítica e teórica. Iniciou escrevendo sobre as leis de deportação aos 14 anos de idade (Soares 1912). Falou da guerra, da exploração cotidiana, da propaganda anarquista e da situação das mulheres dentro e fora do anarquismo, sendo uma das precursoras da temática. Ela também foi além da imprensa e dos comícios, atuando em inúmeras frentes, participando de greves, escolas para pessoas trabalhadoras, teatro social, ligas de bairro, comitês, como o de antiguerria, conferências e centros femininos.

Sobre esse último cabe destacar parte de sua atuação. Em 1913, Maria Antonia, junto às irmãs Angelina, Salomé e a mãe, Paula, fundaram com outras mulheres o *Centro Feminino de Jovens Idealistas* (São Paulo). Em 1915, como secretária deste Centro, anunciou no jornal *A Lanterna* a fundação de uma *Escola Dominical* (Soares 1915) gratuita para operárias, que oferecia além da escola, uma biblioteca para as trabalhadoras, cuja sede, assim como o Centro, era a casa da família Soares. Ainda em 1915, representou o Centro no *Congresso Internacional da Paz* de 1915, onde foi uma das duas únicas mulheres participantes (Grigolin e Silvério 2021; Silvério 2023).

Maria Antonia atuou também como agitadora e organizadora do movimento operário, em especial durante as greves de 1917, 1920 e 1921, chegando a ser presa nessas duas últimas. Dirigiu a *Liga Operária do Belenzinho* formada após os festejos do 1º de maio de 1917, atuando ainda em outros comitês. Em 1921, Maria Antonia assumiu a direção da “Biblioteca Social” do jornal *A Plebe*, no lugar de seu companheiro Manuel Campos, que estava preso e era administrador do periódico. A biblioteca costumava ficar a cargo do diretor Rodolfo Felipe, que, nesse caso, assumiu apenas a administração, deixando a biblioteca a cargo de Maria Antonia. (Silvério 2023; Ribas 2015).

Longe de exercer uma função menor, a biblioteca de *A Plebe* era parte fundamental do sustento do jornal, uma vez que chegou a ter 10 mil exemplares entre livros, brochuras, panfletos e opúsculos (Ribas 2015, 52). Na imprensa também é possível encontrar registros da participação da família no teatro. Em São Paulo, Antonia e a irmã Pilar atuaram em peças do Grupo Dramático Joaquim Dicenta, e no Rio Janeiro integraram por algum tempo, na década de 1920, o Grêmio Renovação de Teatro e Música (Rio de Janeiro), do qual participaram Pilar e Matilde (Grigolin e Silvério 2021; Silvério 2023).

Com relação às mulheres, a chamada “questão feminina”, não era um tema novo tanto nas páginas da imprensa operária quanto nas da imprensa comercial (Brunello 2016; Rago 2014; Ribas

⁴ A imagem foi publicada na revista “A Cigarra” (11 de mai de 1915) sem identificação da oradora. Sabemos que trata-se de Maria Antonia, pois ao noticiar o comício do Primeiro de Maio, o jornal “A Lanterna” elenca os oradores da manifestação, sendo Maria Antonia a única mulher a discursar. Grigolin consultou ainda outros/as pesquisadores/as e trabalhos para essa confirmação (Grigolin 2019).

2015). O jornal *A Lanterna*, primeiro periódico no qual Maria Antonia publicou⁵, dedicava inúmeras páginas de sua crítica anticlerical à questão das mulheres, caracterizadas por seu servilismo religioso, o que seria um entrave às mudanças sociais (Fernandes 2003). Já a grande imprensa replicava submissão feminina e apontava a necessidade de mudanças para construção de um novo padrão de feminilidade que estivesse de acordo com os discursos médicos, jurídicos e institucionais, como apontou Margareth Rago ao tratar do que chamou de colonização das mulheres no clássico livro “Do cabaré ao lar” (2014).

Mulheres como Maria Antonia Soares abordaram o tema da “questão feminina” não como algo fixo e imutável, como as perspectivas conservadoras e essencialistas sobre as mulheres, mas a partir da ideia de que essa situação era uma construção histórica e cultural. Portanto, poderia ser transformada conforme as condições econômicas, políticas e culturais que oprimiam as mulheres fossem alteradas. Desse modo, as mulheres foram subjetivadas⁶ nos textos de mulheres anarquistas a partir de outras representações e como seres de resistência, rebeldia e insubmissão às desigualdades de gênero.

Os inúmeros textos sobre as mulheres e as questões de gênero, produzidos por Maria Antonia revelam-nos uma série de representações e discursos⁷ que foram silenciados tanto no anarquismo como na historiografia acerca desse movimento. Decorre daí a importância de conferir visibilidade aos modos de subjetivação de mulheres anarquistas nos textos de Maria Antonia, como forma de romper o silêncio sobre discursos que se inserem no fluxo dos movimentos de resistência aos dispositivos de subjetivação (patriarcais e capitalistas) que incidem no governo das subjetividades femininas no início do século XX.

Dessa forma, ao colocar em circulação, via imprensa, uma série de representações de feminilidades anarquistas, Maria Antonia, colaborou na projeção de modelos e referências identitárias

⁵ O artigo “Pela Justiça” foi publicado em “A Lanterna” (14 dez. 1912) no contexto do aumento de expulsão de militantes, entre eles Florentino de Carvalho. O artigo denunciava as invasões policiais a centros operários, domicílios, prisões degradantes e de mulheres de operários, protestando contra a forma como essas leis eram utilizadas de forma arbitrária. A Lei de Segurança Nacional conhecida como Lei Adolfo Gordo foi promulgada em 1907 e apesar das restrições que impediam a expulsão - residência no país por dois anos contínuos, ser casado com brasileira e, se viúvo, ter filho brasileiro - foram usadas contra inúmeros militantes, entre eles Florentino de Carvalho (Batalha 2000).

⁶ De acordo com Michel Foucault, a subjetivação é “o processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, mais exatamente de uma subjetividade, que evidentemente é uma das possibilidades dadas de organização de uma consciência de si” (Foucault 1984/2006, 137). A subjetividade é assim resultado de um processo que envolve modos historicamente peculiares de se fazer a “experiência de si”. Para o autor, “as relações de poder criam modos de subjetivação, mas também de resistência a esses processos, pois a vida é efeito de um campo de possibilidades marcado por jogos de verdade que potencializam determinadas maneiras de nos constituirmos como sujeitos” (Oliveira e Brayner 2022, 348). Os modos de subjetivação presentes em representações que esculpem homens e mulheres ou indicam maneiras de ser homem e mulher nas mais variadas redes discursivas podem ser mobilizados pelos indivíduos nesse processo de construção de suas subjetividades.

⁷ Segundo Stuart Hall (2016, 26, 27) “(...) a representação é concebida como parte constitutiva das coisas, logo, a cultura é definida como um processo original e igualmente constitutivo, tão fundamental quanto a base econômica ou material para configuração de sujeitos sociais e acontecimentos históricos - e não uma mera reflexão sobre a linguagem depois do acontecimento”. Nesse sentido, os discursos são efeitos e consequências de representações, marcados por relações de saber-poder.

que funcionaram (e ainda funcionam) como contradispositivos⁸ de gênero capazes de orientar e indicar maneiras de resistência à política de subjetivação das mulheres numa sociedade patriarcal/capitalista. Mulheres anarquistas, como Maria Antonia, tiveram um papel fundamental na luta pelos direitos individuais e coletivos na história operária. Buscar suas produções, experiências, relatos e memórias é não apenas uma forma de recontar essa história, mas também de reinserir essas mulheres como sujeitos de ação e resistência, dotadas de práticas, discursos e saberes fundamentais para reconstrução da nossa própria história e da história das subjetividades femininas anarquistas.

Importante ainda ressaltar que essa proposta de pesquisa se apresenta como uma tentativa de escrever uma “história do possível” sobre as mulheres anarquistas. Tania Navarro-Swain (2012) elabora as histórias do possível a partir de um diálogo com Michel Foucault, situada no campo da epistemologia feminista. Para ela, é a escrita da história daquilo que foi considerado impossível pela história. As histórias do possível são histórias feministas que rompem com as narrativas históricas androcêntricas que promovem um apagamento das mulheres da memória social e da política (Navarro-Swain 2012).

A partir disso, o presente artigo propõe analisar como Maria Antonia Soares elabora relações e representações entre gênero e anarquismo a partir do artigo “O que é preciso” (27 nov. 1920). Esse é o primeiro artigo de uma breve coluna publicada pelo jornal *A Plebe* entre o final de 1920 e início de 1921, intitulada “Assuntos Femininos”⁹. Ribas (2015, 41) evidencia que desde sua fundação o jornal se interessava pela “questão feminina” e que, a partir de 1919, houve um aumento de textos escritos por homens e mulheres, que disseminavam representações sobre feminilidade e masculinidade a partir do modelo militante ideal. Maria Antonia publicou artigos no periódico em toda a sua primeira fase¹⁰ e sua coluna “Assuntos Femininos”, ainda que curta, já que esteve presa em 1921 e o jornal teve sua circulação interrompida em junho do mesmo ano, retornando seus trabalhos apenas em março de 1922 (59, 60), foi exclusivamente dedicada à “questão feminina”, trazendo em seus artigos de opinião representações e modos de subjetivação.

Débora Luciene Porto Boenavides (2018, 149, 150) em sua pesquisa sobre os gêneros discursivos utilizados por mulheres trabalhadoras, classificou “O que é preciso” como um “artigo de opinião”. Esses textos são caracterizados principalmente pelo uso da argumentação para persuadir o

⁸ “(...) o dispositivo é um vínculo que compreende e atrela as relações de poder; as resistências, por sua vez, podem funcionar como contradispositivos na medida em que, por meio de um movimento comum, não cessam de inverter, recusar, reorganizar e perverter o seu funcionamento” (Alvim 2012, 82).

⁹ Além do artigo analisado neste capítulo, foram publicados na coluna “Assuntos Femininos” mais dois artigos: “A formosura da mulher” escrito por Maria Antonia e publicado em duas partes nas edições 92 e 95 do jornal e outro artigo assinado por Ana Fischer chamado “Porque se pinta a mulher que foi publicado em 01 jan. 1921 na edição 99.

¹⁰ Além dos artigos da coluna “Assuntos Femininos”, Maria Antonia publicou em *A Plebe*, os artigos “Deportados” (1917), “Depois da procela” (1919), “Triunfo Efêmero” (1920), “O maximalismo e os anarquistas” (1920), “Uma opinião” (1921).

interlocutor, são sempre assinados pelo autor, pois expressam a opinião deste sobre temas polêmicos da época.

Quanto a esse tom polêmico, já no título grafado em caixa alta é possível depreender o tom provocativo do artigo, uma vez que o título não vem acompanhado de uma interrogação, destacando assim o tom imperativo de seus argumentos sobre as relações de gênero. O título torna-se provocativo ao sugerir que demanda uma resposta. E Maria Antonia contraria as respostas correntes, advindas dos discursos médicos, jurídicos e sociais sobre como resolver a questão feminina e alcançar sua emancipação.

A anarquista desenvolve seu argumento de que a emancipação feminina seja feita pelo voto ou pela independência econômica, como propõem esses discursos pouco ou nada vale (como o voto por exemplo, visto pelos anarquistas como uma farsa). Ela ainda defende que a emancipação das mulheres depende do respeito, que assume aqui o sentido de igualdade, pautada pela crítica anarquista aos modelos burgueses.

Partindo disso, proponho discutir os sentidos e representações apresentados no artigo buscando explicitar a formação discursiva em que se insere e os dispositivos implicados, de forma a demonstrar o discurso de gênero da época na perspectiva anarquista a qual Maria Antonia está vinculada. Para tanto, as ideias implicadas pelos conceitos de sistema sexo/gênero e dispositivo da sexualidade, serão utilizadas para compreensão das concepções de gênero que permeiam o artigo, entendendo gênero como representação e autorrepresentação e, também, como discurso. Nessa perspectiva, o discurso também é ação, portanto, produz aquilo que está nomeando - nesse caso, o gênero - bem como possibilita observar seu caráter relacional, já que se posicionar homem ou mulher em determinado momento histórico, e não em outro, traz consigo enormes diferenças e possíveis posições.

O gênero, enquanto uma construção relacional, representa a configuração variável das posições discursivas sexuais, conforme argumentado por Lauretis (1994). Isso permite compreender como os discursos da época eram entrelaçados com práticas e representações sociais moldadas pelo sistema sexo/gênero. Tal perspectiva é adotada porque Maria Antonia se pensa e pensa a mulher a partir desse sistema, ou seja, de uma crítica de dentro desse sistema em que as mulheres são inferiorizadas e generalizadas a partir de aspectos biológicos e jurídicos que impõem um conjunto das relações de representação e autorrepresentação na sociedade.

“Os homens que pretendem emancipar-nos” - sistema sexo/gênero e os discursos masculinos

“O que é preciso”, como já dito, foi o primeiro artigo da coluna “Assuntos Femininos”. Sua aparição naquele momento relaciona-se ao aumento dos debates sobre emancipação feminina e também às tentativas de controle sobre as mulheres. Assim, Maria Antonia inicia seu artigo tratando dessa representação comum de submissão das mulheres.

Fala-se muito na sorte da mulher. Por toda a parte ouve-se lamentar, sendo todos ou quase todos unânimes em declarar, que é detestável, digna de compaixão a sua sorte. Uns clamam contra isto em nome do direito e da razão, outros em nome da piedade. Tendendo a melhorar a condição da mulher, surgiram ideias de emancipação feminina. Reclamam-se direitos, exigem-se liberdades. E, estudando o assunto, ouvindo as opiniões a respeito, conclui-se que o problema fica assim posto: a mulher sofre e muito, moral e fisicamente; a causa desse sofrimento reside na condição de inferioridade em que ela foi colocada. Esse sofrer encontra a sua fonte na sociedade, e na sociedade se reflete de uma forma desoladora. Nenhuma conveniência há em prolongar esse estado de coisas. Tudo indica que a humanidade inteira muito tinha a ganhar no moral e no físico, se a sorte da mulher fosse melhorada. Assim sendo, conclui-se facilmente que o remédio a empregar é elevar a mulher na escala social: emancipá-la da escravidão a qual tem sido condenada. Mas, como? Em que consiste a felicidade da mulher, qual a forma de outorgar-lhe a verdadeira emancipação? Uns opinam pelo voto, outros creem bastar-lhe a independência econômica. De todos os recantos partem clamores diversos, apregoando o remédio mais seguro: a instrução, o governo, a igualdade de salários, a liberdade, a adoração! Mas, não é não! A verdadeira emancipação da mulher não consiste nisso, nem com isso apenas se consegue. Cada coisa dessas, separadamente, pouco vale (e algumas nada, como o voto, por exemplo), e o conjunto fica ainda imperfeito. Há uma coisa, no entanto, de quem ninguém se lembra, que raras vezes se invoca e que se deveria colocar em primeiro lugar, como principal que é. Essa coisa, que bastaria por si só talvez, para elevar moralmente a mulher e emancipá-la é o respeito (Soares 1920b, 3).

A questão feminina gerava calorosos e intermináveis debates na sociedade e era pautada por uma polifonia de discursos sobre a emancipação, mas que acabavam por modernizar a desigualdade (Besse, 1999)¹¹. Logo no início do texto, Maria Antonia descreve que é comum na discussão sobre a “sorte da mulher” observar que sua situação na sociedade é “lamentável” e “digna de compaixão” e que essas constatações são feitas ora em nome “do direito e da razão”, ora em “nome da piedade”. Em seguida, em seu segundo parágrafo, Maria Antonia aponta essa polifonia de discursos, desvelando a exterioridade desses discursos e das representações e seu valor como verdade disponível sobre as

¹¹ Essa é a tese de Susan K. Besse (1999) para argumentar como a modernização do sistema de gênero trouxe um progresso ambíguo. Já que as mulheres conquistaram a cidadania plena, mas incentivou-se para que se mantivesse avessa ao espaço público com uma exortação do espaço privado e do papel de mãe.

possibilidades limitadas de emancipação feminina. Logo depois, a anarquista demonstra quem são os sujeitos que prescrevem as regras do que pode ser dito, pensado e falado sobre o tema e sobre elas:

Ó, vós, sublimes sonhadores que no desejo de tornar a humanidade feliz procurares sinceramente arrancar a mulher à ignorância e à escravatura, e que leal e ardentemente a desejais livre e decidida, tende em conta isto: é preciso convencer, provar, a homens e mulheres que cada sexo representa na vida a metade de um grande todo que só existe e se move pelo impulso de ambas as metades, complemento uma da outra!

Alguns dos propugnadores da emancipação da mulher, pretendem que esta deve ser amimada como flor delicada; outros, adorada como ser divino e outros ainda julgam que se a deva tratar com a paciência com que se tratam os doentes e com a indulgência que nos merece um ser fraco, impotente.

Nenhum desses processos é o indicado para elevar a mulher ao nível que se pretende.

O mal foi causado justamente por se ter estabelecido diferenças entre o homem e a mulher. É preciso que esta não se julgue nunca superior ou inferior àquele. E para isso, os homens que pretendem emancipar-nos só têm um meio: tratar-nos, não com mimos e salamaleques, nem tampouco com desdém ou benevolência; e sim, simplesmente, com respeito.

Não me refiro, note-se bem, a esse falso respeito fruto dos costumes burgueses em voga; respeito feito de mentira e hipocrisia, grotesca caricatura da veneração. Refiro-me ao verdadeiro respeito, espontâneo nas pessoas educadas, formado de delicadeza e consideração (Soares 1920b, 3).

Nesse sentido, é possível identificar esses “homens que pretendem emancipar-nos” como aqueles ensejados pelas relações de saber/poder, como médicos, juristas, políticos, entre outros. Mas ela não se limita a eles, já que passa a dirigir-se às pessoas anarquistas, em especial aos homens anarquistas, expondo sua avaliação da condição feminina e a forma como a emancipação feminina depende da participação masculina. Dessa forma, não parece exagero afirmar que Maria Antonia usa da coluna dirigida às mulheres como forma de produzir uma outra representação sobre a inferioridade da mulher, como causada pelo sistema sexo/gênero¹², portanto engendradora e passível de ser transformada. Além disso, há uma ausência importante na crítica anarquista às propostas de emancipação: as feministas. O que reforça a ideia de que se trata de um texto crítico à dominação masculina e que busca subjetivar os homens anarquistas de forma a distanciá-los da masculinidade hegemônica.

Por esse motivo, sua crítica à diferença sexual é mediada pelo respeito como uma saída para a situação da mulher. Essa crítica promove uma representação de igualdade de gênero, baseada nas semelhanças e não nas diferenças entre os sexos. O que Maria Antonia chama de “diferença dos sexos”, refere-se às práticas institucionais reguladas, como o voto e a independência econômica. Essas práticas são, na realidade, dispositivos do sistema sexo/gênero. Elas se inscrevem como discursos com autoridade de verdade, que demarcam o comportamento em razão do sexo. Isso cria uma representação de “natureza feminina”¹³, comum às mulheres, que as coloca em oposição aos

¹² “O sistema de sexo-gênero, enfim, é tanto uma construção sociocultural quanto um aparato semiótico, um sistema de representação que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social etc.) a indivíduos dentro da sociedade (Lauretis 1994, 212). Já Gayle Rubin explica que o sistema sexo-gênero é “consiste em uma série de arranjos por meio dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (Rubin 2017, 11).

¹³ Segundo Moore (1997) Margareth Mead foi a primeira a observar que traços comportamentais de dominação não estão indissolavelmente associados a um sexo e não se devem a biologia, portanto existe uma arbitrariedade na divisão sexual do trabalho, bem como uma história desses comportamentos

homens. Essa construção serve como uma justificativa biológica para práticas sociais de inferiorização e violência contra as mulheres¹⁴.

Os enunciados descritos acima demonstram que Maria Antonia Soares reconhece que as relações de gênero inscreveram violências específicas aos corpos femininos. Essa violência estava (está?) ligada à incapacidade masculina de lidar com a participação das mulheres em esferas consideradas masculinas, gerando um tensionamento nos papéis de gênero e uma reação das mulheres a essas violências. Embora esse tensionamento ocorresse de formas diversas e fosse atravessado pelas questões de classe, Soihet (2002), aponta que o corpo feminino como lugar de violência encontrava respaldo social, em especial pelas teses científicas e jurídicas, entretanto isso não ocorria sem reação, em especial das mulheres das classes trabalhadoras como Maria Antonia.

O espaço público era ocupado por essas mulheres por necessidade de buscarem sua sobrevivência, pois precisavam trabalhar, o que afrouxava o controle masculino sobre elas, contribuindo para percepções de igualdade entre homens e mulheres e desenvolvimento de uma individualidade pautada em um:

(...) forte de sentimento de auto-respeito, o que lhes possibilita reivindicar uma relação mais igualitária, ao contrário dos estereótipos vigentes acerca da relação homem/mulher, que previam sua subordinação e aceitação passiva dos percalços provenientes da vida comum (Soihet 2002, 279).

O tom de insatisfação e denúncia de Maria Antonia Soares ao tratar da falta do respeito revela como muitas mulheres não aceitavam passivamente as representações de submissão, denunciando a necessidade de mudanças e transformações das relações de gênero, ensejando novas práticas entre as mulheres. Nesse sentido, o tom provocativo e até mesmo ácido com o qual tratava as causas que inferiorizavam a mulher era também uma reação, já que identificava uma enorme circulação de discursos modernizantes, mas que não se traduziam em práticas de mudança.

Essas representações e discursos mencionados por Maria Antonia Soares em seu artigo podem ser encontrados, em inúmeros documentos da época, como os grandes jornais. Em uma série de artigos escritos pelo médico Antônio Austregésilo, publicados entre janeiro e agosto de 1920 chamada “Perfil da Mulher Brasileira na Revista Feminina,” é possível verificar esses discursos correntes. Considerado o pai da neurologia no Brasil, Austregésilo fez parte do movimento de estudiosos da sexualidade e foi um dos principais articulistas da *Revista Feminina*. Seus artigos fazem parte da institucionalização do conhecimento sexual no país que:

(...) ocorre quando médicos, psicólogos, cientistas sociais elaboram, desenvolvem ou se apropriam de teorias e ideias que foram consideradas “científicas” e capazes de dar sustentação àquelas instituições que necessitavam de um discurso “oficial” para atingirem seus objetivos de fazer ciência, propor ações educacionais ou práticas pedagógicas, justificar ideologias, exercer o poder (Augusto, 36 apud Reis; Ribeiro 2004, 28).

¹⁴ Como relembra Thomas Laqueur (2001, 247), Rousseau, nas discussões sobre o papel do ovário como definição da mulher, afirmava que “a mulher é sempre mulher”, que tudo nela remete ao gênero enquanto o homem não, ou seja, o corpo define a diferença sexual e consequentemente uma diferença política e moral.

O que é confirmado pelo próprio Austregésilo na série “Perfil da Mulher Brasileira”, ao dizer que:

Muitíssimos são os escritores que ultimamente se têm ocupado da função social da mulher, sobretudo acerca do feminismo, que será certamente o capítulo mais brilhante das revoluções sociológicas modernas” (Austregésilo 1920a, 47, grifo meu).

Ao se referir aos escritores e não ao associativismo feminino, o autor confirma os argumentos de que os discursos sobre as mulheres eram, na maioria das vezes, feitos por homens. Além disso, ao não se preocupar em incluir as mulheres, acaba por produzir um contrassenso com relação ao feminismo, do qual alegava ser partidário, invalidando sua mensagem e ação, principalmente em relação à emancipação feminina afirmando que: “Independência não quer dizer liberdade ou licença” (Austregésilo 1920b, 52).

De fato, o feminismo defendido pela *Revista Feminina* não agradava nem mesmo as “Feministas Políticas” (Soares 1920a) como as da *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino* (FBPF)¹⁵ que se recusaram a participar de suas edições tamanho seu conservadorismo. A *Revista Feminina* se situava politicamente à direita da FBPF, apoiando o chamado “feminismo católico”, que era defendido tanto por homens conservadores quanto pelas mulheres de classe média que compunham o público da revista. Apesar de declarar seu apoio e entusiasmo à causa feminista, a Revista enfatizava a natureza e as origens conservadoras do “verdadeiro feminismo”, afirmando que o “feminismo, compreendido de maneira correta, era fruto não de desejos revolucionários, mas de instintos profundamente conservadores”. Sua meta não era a destruição ou a subversão, mas a preservação e reconstrução da moralidade cristã (Besse 1999, 203).

Assim, Austregésilo recorre às falas de outros homens para justificar seus argumentos. Logo no início, retoma a fala de Rui Barbosa em seu discurso de campanha eleitoral a presidente, em 1919, em que defendeu a função social da mulher a partir do trabalho e do voto. Embora o sufrágio e o trabalho não fossem uma reivindicação nova, foi a partir da década de 1910 que os debates se intensificaram, ganhando novos contornos institucionais.

Em 1917, o deputado Mauricio de Lacerda, que se apresentava como socialista e representante parlamentar da classe operária, apresentou um projeto de alistamento eleitoral feminino. Apesar de não ter sido debatido no parlamento, esse projeto estabeleceu um precedente na discussão pelo sufrágio feminino no Brasil ao defender o voto irrestrito para as mulheres. Essa proposta recebeu apoio de Rui Barbosa, veterano da primeira assembleia constituinte republicana em 1891, o qual

¹⁵ A Revista Feminina foi fundada por Virgínia de Souza Salles em 1914 e circulou até 1936. Em sua primeira fase (1915-1917) era dedicada especialmente às temáticas da família e do casamento. Sem abandonar essas temáticas, em sua segunda fase, quando constam os artigos citados, dedicou-se a tratar da condição legal da mulher e a defender o feminismo de base católica. A mesma edição citada acima noticiava a fundação da Legião da Mulher Brasileira (p. 13), principal representante desse feminismo de base católica.

argumentou que a definição do voto como "universal" não excluía a participação feminina. Além disso, o projeto de Lacerda contou com o respaldo das feministas do Partido Feminino Republicano, fundado por Leolinda Daltro, e gerou repercussões na imprensa (Karawejczyk 2015).

A conquista do voto feminino em países como Dinamarca (1915), Rússia (1917) e Estados Unidos (1919), assim como a eleição de Lady Astor na Inglaterra, tornaram o sufrágio um tema amplamente controverso e discutido na sociedade da época, inclusive por Maria Antonia (1920a)¹⁶.

Para o anarquismo, de modo mais geral, o voto era contrafactual, já que significava “abrir mão do próprio poder” (Reclus 2014, s.p.), indo contra seus princípios de anti-estatismo, ação direta e liberdade. E no caso do voto feminino, ainda havia outro problema: o nascente associativismo feminino, que ao propunha a adesão ao voto e com isso, afastava as mulheres do anarquismo.

Quanto ao trabalho, outra condição fundamental para a emancipação feminina, Austregésilo pouco menciona as mulheres que compunham a maior parte da força de trabalho: as operárias e demais trabalhadoras das classes populares. Ele admite sua negligência, mas as utiliza apenas como forma de exemplificar a necessidade de igualdade salarial, ao falar dos trabalhos iguais realizados por mulheres e que essas recebiam pagamentos desiguais.

Na época, um número crescente de mulheres das classes média e alta uniu-se às trabalhadoras no mercado de trabalho. Isso ocorreu não apenas pelas exigências da situação econômica e afetou particularmente a classe média, cujo padrão de vida burguês exigia cada vez mais investimentos, principalmente na educação dos filhos.

Além disso, houve um declínio na produção doméstica, em comparação ao aumento da produção de bens de consumo e serviços anteriormente realizados nas casas. Esse movimento aumentou o emprego no setor de serviços e refletiu a adoção, pelas mulheres, do valor burguês do trabalho contribuindo para uma maior percepção de autonomia e realização individual - algo não desejado completamente para elas¹⁷ (Besse 1999, 143).

Assim, posicionando-se como um homem das ciências que não se importava em saber se a mulher era superior ou inferior ao homem, Austregésilo afirmava que “(...) o homem e a mulher completam-se biológica e psicologicamente, apesar de possuírem caracteres diferentes e complementares”¹⁸ (1920b, 36). Aparentemente muito próximo do que é defendido por Maria Antonia era, no entanto, flagrante o antagonismo dos discursos do médico e da anarquista.

¹⁶ Maria Antonia escreveu 3 artigos críticos ao voto feminino em 1920. O artigo “Voto Feminino” foi publicado em duas partes no jornal O Grito Operário e “Triunfo Efêmero” no jornal A Plebe.

¹⁷ Conforme Besse (1999, 145), o trabalho das mulheres era visto como um mal necessário tanto por conservadores quanto reformadores, sendo prudente apenas enquanto solteira ou enquanto a família estivesse necessitada.

¹⁸ A complementariedade dos sexos tem origem na substituição do modelo do sexo único pelo modelo dos sexos opostos incomensuráveis a partir do século XVIII quando as verdades da biologia substituíram as hierarquias ordenadas divinamente ou o costume imemorial como a base da criação e distribuição de poder nas relações entre homens e mulheres (Laqueur 2001).

Segundo ele, a contribuição feminina mais significativa e valiosa da mulher estava em sua capacidade de inspirar e guiar o homem em seu desenvolvimento moral. O autor argumenta ainda que, para as mulheres, essa energia moral é fundamentada no afeto, que, em comparação com o pensamento, é mais intenso nelas (Austregésilo 1920b, 36).

A “ação da mulher” na sociedade era vista como uma extensão da sua função natural, biológica, ligada à economia dos cuidados e à reprodução. O discurso do médico, portanto, se insere no sistema sexo/gênero ao associar a racionalidade ao masculino e a mulher à natureza, mesmo que o faça com argumentos com efeito de verdade, como os argumentos científicos que evoca¹⁹.

Por outro lado, Maria Antonia Soares demonstra um enorme conhecimento dos efeitos de verdade que esses discursos produzem e por esse motivo afirma que o que pretendem é “outorgar” a emancipação das mulheres, desvelando assim os projetos de emancipação que excluem e/ou tutelam as mulheres. Assim, seu artigo não se resume em demonstrar apenas uma insatisfação, característica de um artigo de opinião, mas também uma preocupação com a subjetividade feminina e as relações de gênero.

“Borrando afirmações” - complementaridade dos sexos e a diferença sexual para o anarquismo

A ideia de que mulheres e homens eram complementares foi bastante difundida, assim como em grande parte, determinada pelo sistema sexo/gênero. Desde o século XIX, as concepções sobre a biologia e psicologia introduziram mudanças significativas na forma como os corpos eram percebidos - agora complementares e diferentes - e, conseqüentemente, nas funções, espaços e instituições que esses corpos deveriam ocupar. Contudo, ao examinar os enunciados do artigo de Maria Antonia, é possível verificar que, embora fosse uma ideia amplamente promovida pelas ciências médicas e aceita por grande parte da sociedade, a forma de interpretar essa complementaridade variava.

No anarquismo, a questão feminina acompanhou o debate revolucionário. O reconhecimento da situação de subalternidade das mulheres e a insuficiência da revolução política e econômica para resolução do problema era acompanhado de um discurso em que a complementaridade estava ligada a uma ideia de igualdade pela semelhança entre homens e mulheres (Roberti e Ladeira 2018), principalmente com relação à opressão que ambos sofriam das estruturas capitalistas.

Anarquistas como Kropotkin (1892, 54) foram contundentes em afirmar que uma revolução baseada na “(...)Liberdade, Igualdade, Solidariedade, mantendo ao mesmo tempo a escravidão do lar, não seria revolução”, pois “(...) A metade da humanidade, submetida ainda à escravidão do lar e da cozinha, teria ainda que se revoltar contra a outra metade”. Não só ele, mas outros homens, mas

¹⁹ A regulamentação do trabalho feminino visava o retorno das mulheres ao lar como forma de garantir a estabilidade social em que, orientadas por médicos higienistas, governo (educação) cumpririam uma função para o biopoder. Austregésilo acaba por fazer também esse caminho ao valorizar o papel da educação da mulher, para criação dos filhos para o futuro da nação, adotando assim uma postura nacionalista, criticada por anarquistas

especialmente, as mulheres anarquistas materializaram essas afirmações questionando a sua condição numa relação direta com as práticas significantes que formam as identidades, o que levou a uma crítica à noção de sujeito e das representações anarquistas universalistas.

Como observam Claudia Bacci e Laura Fernandez Cordero (2007) em uma análise sobre escritos de mulheres anarquistas na Argentina, a pretendida sociedade anarquista faria das mulheres “membros responsáveis em igualdade de condições aos homens”. Apesar das boas intenções, as autoras chamam atenção para o fato que esse apelo anarquista à ação política partia de uma identidade já definida. Dessa forma, os indivíduos apenas precisariam ser chamados e convencidos a entrar na luta para que essas novas identidades, fruto da moral e do universalismo anarquista, se realizassem.

No entanto, as identidades não são estáveis, tampouco guardam alguma transcendência a-histórica. Por isso, ao atenderem ao chamado para luta, as mulheres anarquistas se depararam com modelos identitários e representações que não apenas repetiram, mas também questionaram e, mais ainda, produziram variações subversivas das mesmas normas que as regulavam e reprimiam.

Assim, a complementaridade dos sexos deve ser vista não somente como uma repetição das representações e das identidades produzidas pelas ideias do sistema sexo/gênero, mas também em sua repetição subversiva, de contradispositivo, que trouxe deslocamentos e desestabilizações ao campo social e político da época.

Baseado nessas ideias, busca-se compreender qual o lugar das mulheres nessa relação de complementaridade? A influência da perspectiva binária nessa relação, ou seja, como definiram esse lugar de complemento? Como a complementaridade ensejava representações e formas de subjetivação das mulheres anarquistas? Quais enunciados refletem as construções sobre masculinidades e feminilidades no período?

Em seu artigo, Maria Antonia Soares, desenvolve a ideia de complementaridade no anarquismo, chamando atenção não apenas das mulheres, suas companheiras, a quem a coluna se dirigia:

(...) Não sei o que pensarão as minhas companheiras sobre isto. Por mim digo que não discuto se um sexo é superior ao outro, nem me importo muito com isso; mas estou convencidíssima que ambos os sexos foram colocados no mundo de forma a terem que compartilhar a existência em comum, que ambos têm o mesmo direito à felicidade, e que é estúpido isso de pretender pôr barreiras onde a lógica e a natureza não as admitem; e finalmente, que, todo o mal existente explica-se pelo fato de que, salvo raras exceções, os seres humanos não sabem respeitar-se mutuamente.

O respeito, o respeito entre nós, presos, afinal, à mesma algema, apesar da diferença de sexos é que é preciso (Soares 1920b, 3).

Mas também dos homens anarquistas:

Ó, vós, sublimes sonhadores que no desejo de tornar a humanidade feliz procurares sinceramente arrancar a mulher à ignorância e à escravatura, e que leal e ardentemente a desejais livre e decidida, tende em conta isto: é preciso convencer, provar, a homens e mulheres que cada sexo representa na vida

a metade de um grande todo que só existe e se move pelo impulso de ambas as metades, complemento uma da outra! (Soares 1920b, 3).

Ao tratar os sexos como metades cujo impulso move um todo, é possível inferir que sua noção de complementaridade reconhece diferenças entre homens e mulheres, mas não aceita hierarquização. O enunciado também evidencia que não apenas as mulheres, mas também os homens deveriam mudar sua forma de pensar, denotando uma compreensão de que a construção de uma política de igualdade dependia do questionamento e transformação da dominação masculina.

Embora a ideia da complementaridade dos sexos parta de uma perspectiva hierarquizada dos sexos, entre anarquistas, em especial entre mulheres anarquistas como Maria Antonia Soares, a ideia de um sexo como superior ao outro não encontra respaldo, mesmo a anarquista alegando que “(...) não discuto se um sexo é superior, nem me importo muito com isso”, acredita que os preconceitos que colocam os homens anarquistas contra suas companheiras não passam de uma “(...) tola convicção de uma pretendida superioridade”.

As frases acima, mais do que negação uma da outra, permitem afirmar que ela admite diferenças entre homens e mulheres, mas não superioridade masculina. Ao colocar como “pretendida”, portanto, como aspiração, Maria Antonia demonstra o caráter inato dessa superioridade, já que “ambos os sexos foram colocados no mundo de forma a terem que compartilhar a existência em comum, que é estúpido isso de pôr barreiras onde a lógica e a natureza não admitem”.

As barreiras citadas por Maria Antonia se inscrevem na própria noção de sexo que segundo Foucault:

(...) permitiu agrupar, de acordo com uma unidade artificial, elementos anatômicos, funções biológicas, condutas, sensações e prazeres, e permitiu fazer funcionar esta unidade fictícia como princípio causal, sentido onipresente, segredo a descobrir em toda parte: o sexo pôde, portanto, funcionar como significante único e como significado universal. Além disso, apresentando-se unitariamente como anatomia e falha, como função e latência, como instinto e sentido, pôde marcar a linha de contato entre um saber sobre a sexualidade humana e as ciências biológicas da reprodução; desse modo, aquele saber, sem nada receber realmente dessas últimas - salvo algumas analogias incertas e uns poucos conceitos transplantados - ganhou, por privilégio de vizinhança, uma garantia de quase cientificidade; mas, através dessa mesma vizinhança, certos conteúdos da biologia e da fisiologia puderam servir de princípio de normalidade à sexualidade humana” (Foucault 2022, 168).

Para tensionar essas barreiras, Maria Antonia introduz o respeito como noção fundamental para “formação da individualidade” feminina. Segundo a anarquista, não se trata de respeito baseado em “veneração” ou “adoração”²⁰, que colocava as mulheres como moralmente superiores por serem mais sentimentais [e, portanto, inaptas para questões públicas e sociais, como a política] ou o “falso

²⁰ A biologia da incomensurabilidade dos sexos também serviu para legitimar a ideia de comportamento como produto do sexo. Assim, as mulheres seriam superiores aos homens em sentimentos, por serem menos afeitas às paixões e portanto mais benevolentes e afetivas.

respeito fruto dos costumes burgueses” que atribuíam uma dupla moral - diferente para homens e mulheres -, mas sim, “ao verdadeiro respeito, espontâneo nas pessoas educadas, formado de delicadeza e consideração”.

O uso do termo "pessoas" reflete uma neutralidade de gênero que pode ser entendida através do universalismo anarquista, sugerindo uma equivalência entre os gêneros. O que chama atenção, porém, é como o texto associa "pessoas" com palavras como "delicadeza" e "consideração", ambos substantivos femininos. Isso sugere uma ideia de igualdade ao atribuir a todas as pessoas características que tradicionalmente são consideradas femininas, ligadas à afetividade. Maria Antonia acaba borrando os limites e ultrapassando as barreiras da noção de sexo como também da própria formação discursiva na qual se inscreve o anarquismo: o sujeito moderno, universal, essencializado, neutro.

Produto subversivo da modernidade, o anarquismo, se insere nessa formação discursiva criando um sujeito universal outro: o oprimido, - que assim como o sujeito universal moderno - sinônimo de humano -, não tem gênero [mesmo que remeta a masculino]. A ideia de opressão dos indivíduos permitiu que as mulheres, questionassem o funcionamento da sociedade, captando melhor as singularidades dessas opressões e se opondo, assim, à subjetivação dos direitos, portanto contrariando a teoria do liberal dos direitos.

Como aponta Laqueur, a teoria liberal começou com um “corpo neutro individual: com sexo mas sem gênero, em princípio sem consequência para a cultura, uma mera localização do sujeito racional que constitui a pessoa” (Laqueur 2001, 244). No entanto, as práticas culturais iam no sentido oposto e precisavam ser legitimadas: a natureza precisava ser incorporada ao discurso liberal para que os homens justificassem seu domínio na esfera pública. A solução encontrada foi adicionar características sociais na condição natural.

A biologia dos dois sexos incomensuráveis que embasava a complementaridade sexual permitiu aos teóricos formularem que no estado natural, anterior às relações sociais, as mulheres já eram subordinadas ao homem por suas características biológicas, portanto a separação das esferas pública e privada era justificada pelas diferenças. Ironicamente, como lembra Laqueur (2001), “o sujeito racional sem gênero produziu sexos opostos com gênero” (244) e também um nascente feminismo da diferença, em que as mulheres passaram a advogar o modelo dos dois sexos como forma de visibilizar as diferenças das experiências femininas como plataforma política, já que tanto na política quanto na teoria liberal assexuada, não havia espaço para suas reivindicações sobre direitos.

É nesse sentido que o chamado de Maria Antonia Soares por “respeito” ao invés de direitos, como faziam as sufragistas, é produto dessa subversão anarquista. Os direitos civis propostos pela teoria liberal baseavam-se no individualismo e na propriedade, tendo como principal marca os

“deveres”. Já para o anarquismo, o direito fundamental é o direito de viver. Isso significa ter sua liberdade sem nenhuma limitação, seja ela política, econômica ou social, por isso, ao clamar por respeito, a anarquista nega a subjetivação pelos direitos, endossando assim os argumentos de Kropotkin (1892), que proclama o direito ao bem-estar²¹ como forma de garantir o único direito que realmente importa, o de viver:

Por outro lado, este sistema [subjetivação pelos direitos] atrasa o desenvolvimento dos sentimentos sociais. Compreende-se que sem retidão, sem o respeito de si mesmo, sem simpatia e sem auxílio mútuo, a espécie deve definhar como definham certas espécies animais, que vivem de rapina. Mas isto não convém às classes dirigentes, que inventaram para provar o contrário uma ciência absolutamente falsa [malthusianismo].

Reconhecer e proclamar bem alto que cada um, seja qual for o seu passado, seja qual for a sua força ou a sua fraqueza, suas aptidões ou a sua incapacidade, possui antes de tudo o “direito de viver”?; e que a sociedade deve repartir, entre todos sem exceção, os meios de que dispõe. Reconhecê-lo, proclamá-lo e agir de conformidade!

Proclamam o seu direito a todas as riquezas – fruto do labor das gerações passadas e presentes e usam delas de modo a conhecer o que são os altos gozos da arte e da ciência, demasiado tempo açambarcados pelos burgueses. E afirmando o seu direito ao bem-estar, declaram o seu direito de decidirem eles mesmos o que deve ser esse bem-estar (Kropotkin 1892, 12).

Dessa forma, ao utilizar o respeito entre as pessoas, Maria Antonia nega a diferença sexual como dispositivo de subjetivação e se vale do anarquismo como dispositivo para sua emancipação e também para transcender o gênero como determinante das relações ao inserir outras rubricas à masculinidade tradicionalmente associadas ao feminino. A escrita política²² de mulheres anarquistas deixa de lado a diferença sexual, ao mesmo tempo que deixa de lado o universal essencializado, moldando a gramática de forma menos masculina, tentando assim “suturar” as identidades políticas de mulher e anarquista no contexto das relações desiguais de gênero (Bacci e Cordero 2007), ou como afirma no artigo “Nossa Missão”: “borrar um pouco a má impressão causada por essas afirmações que não se afirmam em nada” (Soares 1914, 2).

Maria Antonia não nega a condição de subalternidade na qual as mulheres viviam (vivem), mas diferentemente dos discursos citados no item anterior, não vê essa subalternidade como natural, portanto inerente à condição de mulher. Em seus textos, utiliza a “cadeia” e a “escravidão” como metáforas para descrever a mulher como sujeita a um estado que não é natural, que não foi consentido ou escolhido, mas forjado pela hierarquização entre os sexos, no qual a mulher é “instrumento na mão

²¹ Kropotkin (1892, 13) defende o direito ao bem-viver em detrimento do direito ao trabalho. Segundo ele: “O direito ao bem-estar é a possibilidade de viver como seres humanos e criar os filhos para os fazer membros iguais duma sociedade superior à nossa, enquanto o direito ao trabalho é o direito de ficar sempre escravo assalariado, “homem de pena” governado e explorado pelos burgueses de amanhã. O direito ao bem-estar é a revolução social; o direito ao trabalho é quando muito um degredo industrial. É tempo do trabalhador proclamar o seu direito à herança comum e de tomar posse dela”.

²² Por escrita política compreendemos toda a discussão feita por mulheres do período que questionavam a separação entre as esferas públicas e privadas.

do homem” (Soares 1914, 2), cuja a “debilidade e indiferença” advêm dessa hierarquização e do “egoísmo masculino” (Soares 1916, 2).

Portanto, mesmo que não tenha ultrapassado as barreiras dessa noção de sexo que constroem uma subjetividade feminina baseada em características biológicas, há uma subjetividade, advinda desse universalismo anarquista, que só se realiza entre iguais. Consequentemente, ao reconhecer na mulher potencial para construção de uma individualidade, Maria Antonia opera uma estetização da existência que, mesmo sendo metade de algo, tem em si igual potencial para participação social efetiva, como sujeito.

O artigo de Maria Antônia ilustra ainda como esses questionamentos sobre a emancipação feminina geraram uma luta tanto dentro quanto fora do próprio anarquismo. Dora Barranco (1994) descreve essa situação como “el difícil oficio de la diferencia”. As mulheres anarquistas, imersas nos discursos de complementaridade, não o aceitaram como diferença, mas sim como igualdade, relacional ao outro gênero. Elas interpretaram sua condição a partir de uma perspectiva relacional, sem, no entanto, negar o “individual” como base para sua liberdade. Ao criticar a exploração e a opressão universal, mostraram como suas experiências eram distintas, embora semelhantes. Dessa forma, elas perceberam as singularidades da opressão diferencial e enfrentaram uma “difícil diferença”, tanto em relação aos camaradas que insistiam no sujeito universal oprimido, quanto às feministas cuja busca por direitos civis se baseava em uma busca individual por posições na sociedade, como no mercado de trabalho, educação e voto.

Emerge daí sua representação da mulher como “livre e decidida” como fundamental para a sociedade anarquista. Maria Antonia também adjetiva as mulheres atribuindo-lhes faculdades insubmissas, como “rebeldes”, por exemplo, e que escapam às representações de submissão. Em “Despertar Feminino” estimula as companheiras para que “(...) recuperem a sua lucidez e vivacidade” (Soares 1914, 3), sugerindo que essas qualidades, tradicionalmente atribuídas aos homens, já estavam presentes nas mulheres, mas foram suprimidas pela dominação masculina.

Além disso, quando essas características, tipicamente associadas aos homens, são utilizadas pela anarquista para descrever as mulheres, sugerem que homens e mulheres compartilham capacidades semelhantes. Portanto, a noção de complementaridade reflete uma valorização positiva das semelhanças entre os sexos. Em sua visão, a complementaridade implica uma existência simultânea e igualmente intensa, baseando-se mais nas semelhanças do que nas diferenças. Como explica Gayle Rubin:

(...) Do ponto de vista da natureza, homens e mulheres estão mais próximos uns dos outros do que qualquer outra coisa – por exemplo, montanhas, cangurus ou coqueiros. A ideia de que homens e mulheres são diferentes entre si mais do que qualquer outra coisa deve vir de algum outro lugar fora da natureza. (...) Longe de ser uma expressão das diferenças naturais, a identidade exclusiva de gênero é a supressão das semelhanças naturais. Ela exige a repressão: nos homens, de tudo que seja a versão local de traços “femininos”; nas mulheres, da definição local dos traços “masculinos” (Rubin 2017, 31).

Isso explica por que, mesmo sendo um artigo de opinião dirigido às mulheres, o texto chama a atenção dos homens anarquistas para a ideia de complementaridade entre os sexos. Essa não foi a primeira vez que a anarquista demandou a participação dos homens anarquistas na emancipação das mulheres. Em “Pela emancipação da mulher” (1913, capa) já os incitava (palavras dela) a estimular companheiras e filhas a buscarem sua libertação. Para além da representação da família anarquista, tão comum na história de outras militantes e do poder patriarcal do pai, a fala de Maria Antonia dirigindo-se aos homens e especialmente a forma como o faz, apresenta elementos que demonstram outras relações de gênero, menos rígidas que aquelas da família nuclear burguesa, em que o homem era a “cabeça” da família e, portanto, da sociedade.

Ao definir os homens anarquistas como “sublimes sonhadores” em busca de tornar a “humanidade feliz”, Maria Antonia afasta-se dos estereótipos que ligam a masculinidade à razão, incutindo a eles características consideradas femininas, ligadas aos afetos, seja pela natureza sonhadora e/ou pelo desejo de felicidade. Ela ainda coloca esses homens como orientados por esses afetos. Dessa forma, questiona a construção das masculinidades, em especial os modelos de homens militantes anarquistas, avançando em relação ao discurso burguês sobre racionalidade masculina, mas também em relação à representação anarquista da masculinidade do “militante inquebrantável”, produzindo um espaço em que se fale deles, visto que nesses discursos modelares, os homens falam das mulheres, mas não falam de si para além desses estereótipos.

Ao dizer que o “O mal foi causado justamente por se ter estabelecido diferenças entre o homem e a mulher”, Maria Antonia questiona a dominação masculina, fazendo com que as mulheres desnaturalizem esse lugar de superioridade masculina. E ao trazer características tradicionalmente atribuídas às mulheres a esses homens, produz uma fratura na relação binária da diferença sexo/gênero, propondo uma outra masculinidade:

(...) sexo masculino acostumando-se a respeitar o feminino, fará desaparecer aos poucos do seu íntimo todos os resquícios dos vetustos preconceitos que os predispõem contra as suas companheiras, e que tanto mal têm causado a humanidade: a tola convicção de uma pretendida superioridade, com a qual não tem conseguido outra coisa que escravizar-se escravizando-nos (Soares 1920b, 3).

Para tanto, os apontamentos de Robert W. Connell e James W. Messerschmidt (2013) sobre o conceito de masculinidade hegemônica e a pluralidade de masculinidades e as complexas construções do gênero para homens em uma busca ativa pela dominância nos ajudam a problematizar não apenas o trecho acima como também o pretenso conservadorismo dos homens anarquistas. Longe de um essencialismo da masculinidade, sempre ligada a uma forma fixada no corpo ou nos traços de personalidade dos indivíduos, a revisão do conceito de masculinidade hegemônica pelos autores pluraliza o debate demonstrando a existência de masculinidades subalternas, como a dos homens anarquistas e, principalmente, a agência dessas mulheres já que são elas que colocam em xeque esses

modelos.

Ao invés de pensarmos homens anarquistas como estritamente conservadores e reprodutores do modelo burguês, pode-se pensar nas ambivalências de gênero adotadas. Trata-se de um caminho que alarga os modelos representacionais existentes. Sabe-se que a masculinidade defendida pelos anarquistas não se tratava de uma busca por hegemonia, nos termos do que condicionamos como dominação masculina, mas uma disposição ética para o fim das opressões, ou seja, em práticas que deveriam ser adotadas e que se constituíam no melhor exemplo para a propaganda do ideal.

Roberti (2014, 213) aponta que as representações masculinas veiculadas pelos jornais, seja por meio verbal ou imagético, projetavam o homem “como único sujeito ativo do combate pela libertação da humanidade, quase sempre tutelando a companheira de luta”. Esse exemplo a ser seguido era refletido em duas imagens na imprensa: o “herói da revolução”, que representava o ideal anarquista de uma nova ordem social para os explorados, e o “herói da sobrevivência”, que vítima do capital, consciente da exploração, representava o espírito coletivo da revolta que levaria à revolução em meio a vida cotidiana²³.

Por mais paradoxais que essas imagens se apresentassem, elas demonstraram como os homens anarquistas e, conseqüentemente, a masculinidade carregava “múltiplos significados de acordo com suas necessidades interacionais”. Assim, ainda que subalterno, o herói da sobrevivência é o homem-trabalhador, homem-pai, homem-provedor, ou seja, esse homem assumia uma posição hegemônica frente aos discursos sobre as diferenças sexuais, adotando:

(...) masculinidade hegemônica quando é desejável, mas os mesmos homens podem se distanciar estrategicamente da masculinidade hegemônica em outros momentos. Conseqüentemente, a “masculinidade” representa não um tipo determinado de homem, mas, em vez disso, uma forma como os homens se posicionam através de práticas discursivas (Connell e Messerschmidt 2013, 257).

Ao examinar *A Plebe*, Ribas (2015, 118, 130), observa uma mudança, quanto à representação dos militantes e das militantes com o retorno do jornal em 1919, após a greve de 1917. Segundo Ribas, desde sua fundação, o jornal abordava com frequência o tema da emancipação feminina. No entanto, a autora nota uma mudança editorial a partir da publicação de inúmeros artigos que tinham o intuito de desvencilhar a imagem do jornal daquela estereotipada do agitador social, desordeiro e expropriador²⁴, que está, ainda hoje, associada ao anarquismo.

Nesses artigos eram apresentadas as características do “bom militante anarquista”, que dotado de uma “vontade inquebrantável” e guiado pela civilidade do seu ideal, era trabalhador, ordeiro, pacifista e buscava melhores condições de vida. Em resumo, era um “herói da sobrevivência”,

²³ Sobre essas representações, os trabalhos de Angela Roberti (2014) e Ribas (2015) permitem compreender essa relação com as masculinidades presentes nas práticas discursivas anarquistas divulgadas pela imprensa da época.

²⁴ A autora associa essa mudança à acusação de expropriação sofrida por Edgard Leuenroth. Segundo ela: “No dia 22 fevereiro de 1919, depois de mais de um ano em silêncio, o jornal ganhou as ruas, desta vez com “características defensivas contra um discurso desqualificador da prática libertária” (Ribas 2015, 43, 44).

conflituosamente inspirado pela masculinidade hegemônica de “homem respeitável”.

Essa representação de uma “vontade inquebrantável” militante também foi atribuída às mulheres, mas não a todas, apenas àquelas denominadas “mulheres libertadas”. Mulheres, como Maria Antonia, que ao contrário da maioria, já haviam aderido ao ideal anarquista e, assim como os homens, demonstravam uma extrema abnegação pela causa. Essa imagem contraditória da feminilidade, como aponta Rago (2014, 130), onde as mulheres eram associadas a características masculinas, revela também outros conflitos em torno da masculinidade. Ao compartilharem essas características com suas companheiras, os homens se afastavam do modelo hegemônico e fortaleciam a ideia de complementaridade, mais próxima da igualdade do que da superioridade

Essa reflexão sobre os conflitos da masculinidade fica evidente quando Maria Antonia aponta que há uma “pretensa superioridade, que só resultou em escravizar-se ao escravizar-nos”. Assim, a anarquista considera a masculinidade não como algo estático, mas como algo construído. Ao descrever os homens anarquistas de maneiras diferentes, ela sugere que estes adotem outras formas de masculinidade que já estão presentes entre eles, mas que na estratégia da masculinidade eram ainda subalternas

Assim, ao invés de apenas revelar os conflitos da masculinidade anarquista, Maria Antônia parece querer “borrar os limites” das representações desiguais entre homens e mulheres. Ela sugere que os atributos biológicos têm pouca relevância nessa discussão e são, na verdade, elementos culturais que podem e devem ser transformados. No entanto, essa transformação não é possível em qualquer sistema, mas apenas no anarquismo. O fato de ela se dirigir aos homens anarquistas em uma fala para suas “companheiras”, como era a coluna “Assuntos Femininos”, e sua recusa ao respeito como diferença, indicam que a masculinidade e a feminilidade com as quais ela se identifica fazem parte de uma subjetivação anarquista, que se baseia mais na inclusão do que na exclusão, ou seja, em mais liberdades e possibilidades de criar a si mesma.

Considerações finais

O propósito de investigar e analisar os modos de produção das subjetividades femininas anarquistas nos escritos de Maria Antonia parte de uma preocupação em produzir um conhecimento histórico revelador de práticas de resistência ou das linhas de fuga aos modelos dominantes de subjetivação dos corpos femininos dentro de um sistema sexo/gênero. Ao elencar a profusão de discursos sobre a emancipação da mulher, Maria Antonia desvela não apenas campos de saber e poder no qual se desenvolvem tais discursos, bem como as representações sobre a libertação da mulher são ensejadas. Assim, aponta como as práticas de liberdade do anarquismo, simbolizada em seu pedido de respeito, devem estar acima de qualquer discurso/representação para que haja um verdadeiro combate à opressão das mulheres.

Mulheres anarquistas, como Maria Antonia, tiveram um papel fundamental na luta pelos direitos individuais e coletivos na história operária. Buscar suas produções, experiências, relatos e memórias é não apenas uma forma de recontar essa história, mas de reinserir essas mulheres como sujeitos de ação e resistência, dotadas de práticas, discursos e saberes fundamentais para reconstrução da nossa própria história e da história das subjetividades femininas anarquistas.

Apesar das ambiguidades e contradições com relação à emancipação, mulheres anarquistas reconheceram relações de poder ocultas e autoritarismos potenciais, como os da chamada “questão feminina” em relação aos espaços de dominação (Estado, Igreja, família, estrutura patriarcal etc), chegando, inclusive, a apontar a dominação presente entre os próprios anarquistas que excluía a subjetividade das mulheres. Esse não reconhecimento das relações de poder no movimento é uma lacuna teórica importante do anarquismo clássico. Porém, ao olhar a atuação de mulheres anarquistas como Maria Antonia Soares e suas práticas com vistas a uma “estética da existência” que colocava em circulação outros modos de subjetivação das mulheres que não os institucionalizados, é possível compreender como essas mulheres questionaram as identidades impostas a elas, construindo novas subjetividades.

Os processos de subjetivação de sujeitos libertários, como anarquistas, são reveladores de resistências às formas de subjetivação capitalistas. Trata-se de subjetividades que escapam aos padrões de sujeição ao sistema capitalista de produção, unindo passado e presente na tarefa de “construir a si mesmos”. Esses indícios de resistência podem ser captados também nos escritos de Maria Antonia e, por isso mesmo, nos permitem escrever uma história dos modos de invenção de outras estéticas de existência para as mulheres através do anarquismo no início do século XX. Os escritos de Maria Antonia colocaram em circulação modelos identitários que escaparam aos ordenamentos do sistema sexo-gênero dominante na época, por isso são formas de resistência aos dispositivos de saber-poder sexistas e classistas da época.

Escrever uma história das formas de produção dessas subjetividades desviantes ou dissidentes, com o objetivo de conferir visibilidade à capacidade feminina de reinvenção das subjetividades na história, permite-nos romper com as práticas historiográficas (produtos de um olhar masculino, branco, burguês e heterossexual) que silenciam essa resistência ou enfatizam apenas a adequação das mulheres a esse sistema dominante de enquadramento e assujeitamento dos corpos.

Desse modo, nossa proposta historiográfica visa o rompimento com esse olhar a-histórico, universalista e essencialista que insistentemente repete e reafirma a inferioridade, dependência, subordinação e incapacidade de protagonismo e resistência feminina na história. Ao se debruçar sobre os escritos de Maria Antonia em busca de indícios possíveis de outras formas de subjetivação das mulheres, a partir de uma questão eminentemente política, almejamos, portanto, endossar as histórias possíveis de resistência feminina aos modos de governo de nossos corpos, condutas e subjetividades,

sinalizando para as possibilidades de reinvenções de si e de imaginação de um mundo anticapitalista, antipatriarcal e libertário.

Referências Bibliográficas

Alvim, Davis Moreira. 2012. O que é um contradispositivo?. *Cadernos de Subjetividade* 14: 120-127.

Augusto, Viviane Oliveira. 2015. *Uma contribuição à historiografia da educação sexual no Brasil: análise de três obras de Antonio Austregésilo (1923, 1928 e 1939)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara).

Barrancos, Dora. 1994. Mujeres de Nuestra Tribuna: el difícil oficio de la diferencia. *Arenal: Revista de Historia de las Mujeres* 1 (2): 273–292. Recuperado de <https://revistaseug.ugr.es/index.php/arenal/article/view/22753>

Batalha, Claudio. 2000. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Besse, Susan Kent. 1999. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: EDUSP.

Biondi, Luigi; Toledo, Edilene. 2018. *Uma revolta urbana: a greve geral de 1917 em São Paulo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Boenavides, Débora Luciene Porto. 2018. *A escrita da mulher trabalhadora na imprensa operária brasileira da República Velha: a luta contra o enclausuramento e o preconceito linguístico*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Connell, Robert W.; Messerschmidt, James W. 2013. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas* 19 (6): 241-282. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100014>.

Fernandes, M. 2003. Imprensa anarquista e sexualidade. *Cadernos AEL: Homossexualidade, sociedade, movimentos e luta* 10: 259-281.

Rago, Margareth. 2014. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890 - 1930*. São Paulo: Paz e Terra.

Fernández Cordero, Laura; Bacci, Claudia. 2007. Feroces de lengua y pluma: sobre algunas escrituras de mulheres anarquistas. *Políticas de la Memoria* 6 (7): 190-196. <https://ojs.politicadela memoria.cedinci.org/index.php/PM/article/view/347>.

Foucault, Michel. 2006. *Ditos e escritos V: Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Originalmente publicado em 1984).

Foucault, Michel. 2022. *História da sexualidade*. São Paulo: Graal.

Fracaro, Glaucia Cristina. 2017. Mulheres, sindicato e organização política nas greves de 1917 em São Paulo. *Revista Brasileira de História* 37 (76): 73-90.

Grigolin, Fernanda. 2019. A oradora como fotografia pública: ou por uma história visual do anarquismo. *Pergaminho* 10: 09-22.

Grigolin, Fernanda; Silvério, Beatriz. 2021. A vida além da escrita: Maria A. Soares entre estadias e vicissitudes. In: Ludmila, Aline et al. *Unidas nos lancemos na luta: o legado anarquista de Maria A. Soares*. São Paulo: Tenda de Livros.

Hall, Stuart. 2016. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri.

Karawejczyk, Mônica. 2015. “O voto e as saias”: as repercussões do projeto Lacerda sobre o alistamento feminino (1917). *Revista Autos & Baixas* 3 (1): 67-84.

Kropotkin, Piotr. 1892. *A conquista do pão*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kropotkin/1892/mes/90.pdf> Acesso em: 25 jul.2024.

Laqueur, Thomas. 2001. *Inventando o sexo: dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Lopreato, Christina S. R. 2000. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume.

Ludmila, Aline et al. 2021. *Unidas nos lancemos na luta: o legado anarquista de Maria A. Soares*. São Paulo: Tenda de Livros.

Navarro-Swain, Tania. 2012. Apresentação. In: Oliveira, Susane Rodrigues de. *Por uma história do possível: representações das mulheres Incas nas crônicas e na historiografia*. Jundiaí: Paco Editorial.

Oliveira, Suzane R.; Brayner, Thais N. 2022. Feminilidades extremas: gênero, subjetivação e resistência nas letras de autoria de mulheres no metal extremo. In: Bahy, Cristiane et al. *Música extrema: ruídos, imagens e sentidos*. São Paulo: Pimenta Cultural, p. 344-380.

Reclus, Élisée. 2014. *Por que os anarquistas não votam?* Disponível em: <https://alemdovoto.milharal.org/2014/09/07/por-que-os-anarquistas-nao-votam-de-elisee-reclus/> Acesso em 24 jul. 2024

Ribas, Ana Claudia. 2015. *As sexualidades d'A Plebe: sexualidade, amor e moral nos discursos anarquistas do jornal A Plebe (1917 - 1951)*. Tese de Doutorado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Roberti, Angela. 2014. Representações do trabalhador na imprensa operária de tendência anarquista. *ArtCultura* 16 (28): 211-226.

Roberti, Angela; Ladeira, Indrid. 2018. A experiência histórica do anarquismo perante a questão das relações de gênero: dimensões da luta na Argentina e no Brasil. *Semioses* 12 (2): 15-37. <https://revistas.unisuam.edu.br/index.php/semioses/article/view/72>.

Rubin, Gayle. 2017. O tráfico de mulheres. In: Rubin, Gayle. *Políticas do sexo*. São Paulo: Editora Ubu.

Silvério, Beatriz Rodrigues. 2023. *Maria Antônia Soares: vida e trajetória política de uma jovem anarquista (1898–1922)*. Dissertação (Mestrado em História). Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo. <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/67402>.

Soihet, Rachel. 2002. O corpo feminino como lugar de violência. *Projeto História* 25: 269-289. <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10592>.

Fontes consultadas

Austregésilo, Antônio. 1920a. *Perfil da mulher brasileira*. *Revista Feminina*, mar. 1920.

Austregésilo, Antônio. 1920b. *Perfil da mulher brasileira*. *Revista Feminina*, mai. 1920.

Soares, Maria A. 1912. *Pela Justiça*. A Lanterna. São Paulo, 14 dez. 1912, p.3.

Soares, Maria A. 1913. *Pela emancipação da mulher*. A Lanterna. São Paulo, 24 mai. de 1913, capa.

Soares, Maria A. 1914a. *Despertar Feminino*. A Lanterna. São Paulo, 08 out. 1914, p. 3.

Soares, Maria A. 1914b. *Nossa Missão*. A Voz do Trabalhador, Rio de Janeiro, dez. 1914, p.2.

Soares, Maria A. 1915. *Escola Dominical, gratuita, para operárias*. A Lanterna, 15 de mai.

1915

Soares, Maria A. 1916. *A mulher*. A Luta. Pelotas, 15 jul. 1916, p. 2.

Soares, Maria A. 1920a. *Triunfo Efêmero*. A Plebe, São Paulo, 02 mar./1920, capa e p. 2.

Soares, Maria A. 1920b. *O que é preciso*. A Plebe. São Paulo, 27 nov. 1920. Coluna Assuntos Femininos, p. 3.